

Repositório ISCTE-IUL

Deposited in *Repositório ISCTE-IUL*:

2025-05-26

Deposited version:

Accepted Version

Peer-review status of attached file:

Peer-reviewed

Citation for published item:

Cachado, R. (2024). Etnografia urbana e arquivos etnográficos: Possíveis contributos para a história das cidades. In Fabián Cuesta-Gómez, Sara Prata, Adelaide Millán da Costa, Joana Pereira, Mafalda Pacheco (Ed.), *Pequenas cidades no tempo: As redes urbanas*. (pp. 61-75).: IEM – Instituto de Estudos Medievais.

Further information on publisher's website:

<https://run.unl.pt/handle/10362/183193>

Publisher's copyright statement:

This is the peer reviewed version of the following article: Cachado, R. (2024). Etnografia urbana e arquivos etnográficos: Possíveis contributos para a história das cidades. In Fabián Cuesta-Gómez, Sara Prata, Adelaide Millán da Costa, Joana Pereira, Mafalda Pacheco (Ed.), *Pequenas cidades no tempo: As redes urbanas*. (pp. 61-75).: IEM – Instituto de Estudos Medievais.. This article may be used for non-commercial purposes in accordance with the Publisher's Terms and Conditions for self-archiving.

Use policy

Creative Commons CC BY 4.0

The full-text may be used and/or reproduced, and given to third parties in any format or medium, without prior permission or charge, for personal research or study, educational, or not-for-profit purposes provided that:

- a full bibliographic reference is made to the original source
- a link is made to the metadata record in the Repository
- the full-text is not changed in any way

The full-text must not be sold in any format or medium without the formal permission of the copyright holders.

Livro

O mundo urbano em rede

Capítulo

A Etnografia urbana, arquivos etnográficos e os seus contributos para a história das cidades

Autora

Rita Cachado, Iscte, CIES-IUL

Resumo

A etnografia enquanto metodologia foi desenvolvida pela Antropologia ao longo da sua história disciplinar, mas não se limita a ser uma metodologia antropológica. Ela vem sendo convocada por várias ciências sociais e humanas, e não só, onde a História é uma entre várias. Não é totalmente pacífico nos debates epistemológicos até que ponto podemos falar de uma etnografia especificamente urbana, mas é consensual que os contextos urbanos contemporâneos requerem muitas vezes o recurso à etnografia, seja ela levada a cabo com as pessoas que habitam e que fazem as cidades, seja ela de arquivo.

Neste capítulo irei debater como a etnografia urbana pode contribuir para a história das cidades. Mais concretamente, irei centrar-me na análise de uma ferramenta metodológica da etnografia, o diário de campo, que pode ser utilizado, analisado e salvaguardado, enquanto material primário. É também uma ferramenta útil para lidar com os desafios éticos das pesquisas contemporâneas, sobretudo no caso dos trabalhos de investigação em contextos urbanos, independentemente da sua dimensão, devido ao carácter particularmente dinâmico das cidades.

“Lorsqu’on peut disposer des archives d’une enquête, c’est tout un sortir du tunnel » Topalov 2015 : 24

Etnografia urbana. Traços gerais

Neste capítulo pretendo mostrar de que formas a etnografia urbana e os registos que são recolhidos através dessa metodologia são cruciais para a história urbana. A etnografia urbana é, tão simplesmente, a metodologia etnográfica aplicada às cidades. Para tal, quem faz investigação nessa área escolhe uma janela de observação (Cordeiro 0000). Diferencia-se, não necessariamente por ser aplicada em cidades e não noutros contextos, mas pelo facto de o contexto urbano ser um contexto importante para a análise que se pretende realizar.

Num conhecido texto da antropóloga urbana Graça Cordeiro, que de resto tem contribuído de forma sustentada ao longo das últimas décadas para o estabelecimento e crescimento da antropologia urbana em Portugal (Cachado 2022), a autora explica o que subjaz à realização de uma etnografia urbana. Partindo de um recorte da realidade urbana, esta metodologia contribui não só para compreender um dado fenómeno social, cultural, político, etc, mas também, no fim de contas, contribui para conhecer melhor uma determinada cidade (Cordeiro 2010).

Para uma pessoa formada em Antropologia, é óbvio como se põe em prática esta metodologia, e a popularidade da Etnografia entre as ciências sociais e humanas trouxe uma espécie de senso comum sobre a sua prática. No entanto, a Antropologia continua a alimentar a sua identidade disciplinar através da sua metodologia, que será mais bem praticada quando levada a cabo por antropólogos. A este respeito, há dez anos, Tim Ingold publicou um artigo em que punha em causa um certo abuso da metodologia etnográfica (Ingold 2014), muitas vezes de ânimo leve, desenvolvida em pesquisas de curta duração, quando o ideal é o desenvolvimento de uma pesquisa empírica de tempo longo, de forma a estabelecer relações de confiança com os interlocutores no terreno. Em termos gerais, para não antropólogos, é importante esclarecer: a etnografia convoca um conjunto de ferramentas metodológicas, todas elas no âmbito do qualitativo, sendo as mais emblemáticas a observação participante e o respetivo registo em diário de campo e outras formas de registo etnográfico. Mas, tal como a maioria das abordagens qualitativas, a etnografia não dispensa a entrevista (sejam elas com recurso a registo áudio e vídeo ou apenas com registo escrito), e muitas vezes recorre ao método biográfico, procedendo nesse caso a entrevistas de trajetória de vida; convoca a pesquisa documental em arquivos pessoais, familiares, locais ou nacionais; e, claro, não

prescinde de uma abordagem teórica aos conceitos e problemáticas a desenvolver ao longo da pesquisa.

E, se assim é na etnografia, o mesmo se passa na etnografia urbana. Para dar um exemplo recorrendo à autora supracitada, Graça Cordeiro na sua pesquisa de doutoramento pesquisou sobre o bairro da Bica, em Lisboa, onde versou sobre sociabilidades de várias ordens, o papel do associativismo, detendo-se na análise da participação da Bica nas marchas de Lisboa, tendo realizado para tal trabalho de campo no referido bairro, mas também analisou exaustivamente as atas de uma associação local, verificou os periódicos locais e nacionais, entrevistou, etc. Possui um arquivo notável de compilação de dados sobre a população local e suas atividades, sobre o seu quotidiano, uma vez que realizou uma observação participante no local, entre outros recursos. Tal labor foi essencial para analisar o bairro não só naquilo que ele era no chamado presente etnográfico em que a autora realizou o seu trabalho de campo, mas também compreender as narrativas produzidas acerca dos chamados bairros populares, bairros históricos e suas populações e suas tradições. O seu estudo foi publicado em 1997 com o título *Um bairro na cidade. Quotidiano, memória e representação no bairro da Bica*.

Numa outra ocasião, Graça Cordeiro debruçou-se sobre o imaginário sobre as profissões urbanas, detendo-se no caso das varinas (Cordeiro 2001). Perceber melhor, através dos arquivos disponíveis, como se constroem determinados símbolos urbanos, é crucial para produzir bons contributos para a história urbana.

No seguimento deste capítulo, apresentaremos uma das principais ferramentas metodológicas da etnografia, o uso do diário de campo, e sobre a importância da sua conservação e salvaguarda.

Diário de campo como ferramenta central de registo da etnografia

O diário de campo é uma ferramenta metodológica que pode ser convocada por qualquer ciência cujas pesquisas impliquem a realização de um trabalho de campo. Metodologicamente foi sobretudo desenvolvida no seio da Antropologia cultural e é referida como sendo uma das suas principais ferramentas metodológicas diferenciadoras. E é. A etnografia, por norma, implica um tempo relativamente longo de pesquisa e quem faz a investigação pode, por isso mesmo, tecer relações de confiança com os interlocutores. Aquilo que é dado a vivenciar e, por via da pesquisa com

observação participante, a recolher, organizar e posteriormente analisar e publicado é, por natureza da etnografia, um conhecimento privilegiado da realidade em estudo. Neste sentido, o diário de campo é uma ferramenta diferenciadora do labor etnográfico.

A sua utilização visa sobretudo dois tipos de registo:¹ o registo de dados etnográficos recolhidos através de observação participante e o registo de reflexões que vão tendo lugar ao longo de uma pesquisa etnográfica. Os formatos são os mais diferenciados, desde notas e apontamentos a registos mais narrativos (v. e.g. Sanjek 1990; Leal 2016).

De todas as formas, o diário de campo regista dados primários e a pessoa que desenvolve a pesquisa etnográfica produz, por isso, fontes primárias. Apesar da sua subjetividade e do facto de os registos serem, de certa forma, uma interpretação da realidade social (Geertz 1973) e não a realidade social em si, não deixa de ser um documento produzido por alguém que vivenciou uma dada realidade social em primeira mão e assim registou aquilo que observou, aquilo que conversou.

Raramente publicados, os diários de campo são, contudo, sobejamente referidos e citados nas pesquisas etnográficas. Uma das publicações de diários de campo mais conhecidas é a do diário do antropólogo Bronislaw Malinowski em 1966, quase vinte anos após a sua repentina morte, *A Diary in a Strict Sense of the Term*, uma vez que revelou as reflexões e não apenas o registo disciplinado da sua etnografia nos anos 1910. Nessas reflexões, deparamo-nos com referências aos seus interlocutores que fariam enrubescer de vergonha a maioria dos antropólogos, uma vez que inclui qualificativos negativos relativamente à sua experiência etnográfica. Mas a sua publicação também foi importante para a antropologia se confrontar com uma das formas de produzir fontes primárias. Em todo o caso, a publicação ou, pelo menos, a possibilidade de consulta de diários etnográficos, permite, além do mais, o acesso à percepção sobre as práticas (Sanjek 1990) profissionais dos etnógrafos.

Um outro antropólogo, Edmund Leach, é, entre outras coisas, conhecido por ter perdido o seu diário de campo e de ter reconstituído, apenas com a memória, a sua etnografia (Sanjek 1990: 37) e a consequente publicação em livro, *Political Systems of Highland Burma* (Leach 1954).

¹ Noutro local tive ocasião de desenvolver uma reflexão metodológica sobre o diário de campo, a sua utilidade, e sobre a importância da valorização metodológica desta ferramenta de recolha etnográfica (Cachado 2021).

Antropologia e História

A antropologia lê história que se farta. A antropologia urbana em particular precisa de começar por fazer uma pesquisa histórica, sobre a documentação existente sobre determinado contexto urbano, antes de realizar a sua própria pesquisa. Ao limite, não há pesquisa etnográfica sem pesquisa histórica. Numa investigação que desenvolvi para estudar um processo de realojamento no âmbito do Programa Especial de Realojamento (PER), foi crucial ter realizado uma pesquisa no centro de documentação do IGAPHE e do Centro de Urbanismo francês para trabalhar o PER em Portugal e um seu bairro em particular. Este é só um exemplo que vivi na primeira pessoa. No primeiro caso, tive acesso, por exemplo, aos relatórios dos debates sobre habitação que tiveram lugar no dealbar do PER, permitindo, por exemplo, perceber os cruzamentos existentes entre produção de conhecimento específico sobre habitação ao nível autárquico e a produção de conhecimento académico nas áreas da arquitectura, sociologia, geografia. No segundo caso, os estudos disponíveis mostravam que as políticas de habitação pública em França davam lugar, décadas depois da inauguração dos bairros sociais, a políticas de intervenção social que ambicionavam debelar efeitos de segregação das populações que habitavam esses conjuntos residenciais, numa altura em que a política de habitação social em Portugal levava a cabo, precisamente, a construção de bairros sociais que acabavam também por produzir maior segregação, ou seja, no caso português caía-se num erro que tinha sido feito num país como a França, que era uma realidade conhecida dos decisores políticos portugueses.

No já referido estudo de Graça Cordeiro sobre o bairro da Bica, a autora recolheu assentos de baptismo e de nascimento, desde 1886 até aos anos 1970, e recolheu notícias de jornal desde 1865 até 1989. A data do ano de início é do primeiro *Diário de Notícias*, depois acumula com a *Ilustração Portuguesa* a partir de 1921; *O Século* a partir de 1883; a *Ilustração portuguesa* desde 1885, num total de sete periódicos relativamente aos quais identificou um conjunto de categorias de análise. Estes contextos foram fundamentais para compreender o período longo antes da realização do seu terreno etnográfico, quanto à sua demografia como à construção e consolidação da ideia de bairro popular (Cordeiro 1997: 329-40).

Neste último caso, estamos perante um estudo que, apesar de, nessa altura, constituir uma novidade no contexto da Antropologia portuguesa, por ser um estudo realizado na cidade com a cidade como pano de fundo teórico, realizou o mesmo tipo de pesquisa

que era realizado pela maior parte das pesquisas antropológicas desde os anos 1970 até aos anos 1990 (e que ainda é realizada quando necessário), que passava justamente pela pesquisa de assentos de nascimento e de baptismo, e mesmo de casamento, para um conhecimento aprofundado das realidades locais dos terrenos etnográficos.

Além disso, há a etnografia de arquivo. Sónia Vespeira de Almeida, com quem tenho vindo a trabalhar sobre arquivos etnográficos (Almeida e Cachado 2016; Almeida e Cachado 2019), ao fazer a sua pesquisa sobre Campanhas de Dinamização Cultural no contexto do PREC, realizou “uma etnografia retrospectiva”. Além das entrevistas prolongadas com os agentes dessas mudanças importantes para a história do país, pesquisou longamente os arquivos disponíveis. O seu estudo aproxima-se, tal como muitos outros no contexto da antropologia portuguesa, da História Oral e permite perceber a importância de arquivos pessoais sobre processos dinâmicos, como o PREC, para aprofundar o conhecimento da história recente.

Um outro exemplo, mais clássico e relativo a um local, é a etnografia de arquivo realizada por Le Roy Ladurie (1975) sobre Montaignou. O autor reconstrói aquilo que teria sido a vida quotidiana camponesa no século XIII naquela localidade francesa a partir de arquivos da inquisição (Ladurie 1975: 19-21).

Fazer uma etnografia de arquivo implica um conjunto de cuidados que são, por norma, mais conhecidos entre historiadores, como perceber como foi preparado o arquivo, desde a concepção à seleção documental, a formação e sensibilidade das pessoas que nos facultam os documentos; como detalha Celso Castro (2008), é importante perceber as diferentes fases dos documentos, as características dos arquivos e, enquanto etnógrafos, “considerar a ida ao arquivo e a interação com os arquivistas, atendentes e outros funcionários da instituição de guarda como um ‘encontro etnográfico’” (Castro, 2008: 46).

Diferente é a produção de dados primários que é, por regra, realizada numa etnografia. Por isso, detenhamo-nos agora nos tipos de dados que são produzidos numa etnografia urbana e naquilo que podem contribuir para melhor conhecer as dinâmicas urbanas.

Etnógrafos urbanos e seus potenciais contributos

Classicamente, a etnografia realizada por antropólogos é um labor de longa duração. Sem um tempo relativamente longo, dificilmente se produzem relações de confiança com os interlocutores no terreno, confiança essa que é essencial para a recolha de

registos que reflitam as representações – locais – sobre as temáticas em apreço em determinada pesquisa.

Nos últimos anos tenho desenvolvido um projeto de investigação sobre Etnografia Urbana em Portugal, onde entre outras recolhas, tenho realizado entrevistas de trajetória profissional a pessoas que, provindas de várias ciências sociais e humanas, escolheram a etnografia para realizar as suas pesquisas de profundidade em contextos urbanos. Uma parte da preparação para essas entrevistas reside na pesquisa sobre a sua produção académica, donde ressaltam as teses de doutoramento enquanto momentos – longos – de pesquisa de terreno etnográfica. Seguem-se alguns exemplos da produção científica portuguesa no campo da antropologia realizada em contextos urbanos, justamente partindo das suas teses de doutoramento. Os pesquisadores em causa, nem todos entrevistados para esta pesquisa, não veem dificuldade em que lhes seja aplicado o conceito de Etnografia urbana para descrever o seu tipo de pesquisa empírica, muito embora nem todas elas se identifiquem, ou melhor, não utilizam necessariamente esse conceito na sua construção identitária como investigadores.

Susana Durão realizou uma etnografia sobre a polícia em Lisboa. Acompanhou uma patrulha ao longo do seu trabalho de campo e através da sua tese podemos compreender como se organiza o trabalho de uma patrulha na cidade. Importa referir que a autora não utilizou senão uma parte do seu diário de campo para a interpretação realizada para a sua tese de doutoramento (Durão 2006: 36). É dos poucos trabalhos de fundo que se conhecem que fazem o enfoque numa profissão e que aprofunda o conhecimento empírico sobre instituições. Durão refere a obrigatoriedade da interdisciplinaridade para a etnografia urbana (Durão 2006: 37) e é também das raras autoras no campo da antropologia portuguesa a utilizar excertos do seu diário de campo especificamente escrito para registar o quotidiano da polícia, tendo-lhe chamado “diários de patrulha”, que vai citando ao longo da tese. Notavelmente, a autora não só utilizou o diário de campo como ferramenta central de registo da sua observação participante, como não hesitou em convoca-lo na tese para ilustrar.

Inês Pereira licenciou-se em sociologia e doutorou-se em Antropologia Urbana. Desenvolveu a sua pesquisa para a tese de doutoramento sobre movimentos sociais (Pereira 2009). Para tal, além de uma etnografia com observação participante em inúmeros eventos urbanos, mapeados para o efeito, realizou entrevistas para recolher trajetórias de vida naquilo a que chama de “biografias de envolvimento” destes atores

sociais, para compreender melhor o estabelecimento e manutenção das redes sociais dos e das ativistas, numa tese infelizmente não publicada em livro.

Eduardo Ascensão levou a cabo uma etnografia num bairro de autoconstrução, a Quinta da Serra no concelho de Loures, onde registou trajetórias de vida associadas à construção das casas de famílias sobretudo de origem cabo-verdiana mas não só.

Ascensão enumera as ferramentas utilizadas: entrevistas em profundidade, biografias de casas, pesquisa de arquivo, observação, e o uso da imagem, nomeadamente fotografia, desenho e vídeo, referindo que apesar de não ter conhecido o interior de todas as casas, registou informação para quase todas as casas do bairro. Estas notas de terreno “(...) are a supplementary set of empirical data (all of these houses have dedicated entries in field notes) (...)” (Ascensão 2011: 101-2). Desta forma, os leitores do seu trabalho – uma vez que o processo de pesquisa e de registo é de alguma forma partilhado, explicado – sabem que apesar de não estar na tese, o autor guarda (ou guardou) muita informação sobre o bairro onde realizou a sua pesquisa, a Quinta da Serra. Embora já não exista, se necessário seria possível recuperar uma parte importante do quotidiano deste bairro recorrendo aos dados recolhidos por Ascensão. Este é só um exemplo da importância dos registos – escritos, desenhados, fotografados, mapeados – dos etnógrafos.

Otávio Raposo realizou a sua pesquisa de doutoramento sobre o Break Dance e o seu papel estruturador para os jovens de uma favela no Rio de Janeiro. A sua etnografia prolongada permitiu-lhe compreender dimensões importantes da cultura hip hop, do quotidiano dos jovens favelados e das suas práticas (Raposo 2013). Sobre diário de campo, vale a pena citar o autor para ilustrar como este recurso foi importante para o desenvolvimento da sua pesquisa:

O diário de campo desempenhou um papel determinante nesta pesquisa. Não foi apenas um eficiente meio de registar as minhas observações durante o trabalho empírico, em risco de serem esquecidas ou deturpadas caso não fossem transcritas, mas configurou-se como o método basilar de organizar as minhas experiências no terreno. Não existe etnografia sem diário de campo. Descrever aquilo que se vê, expor reflexões e formular indagações e hipóteses são exercícios fundamentais na elaboração do objeto de pesquisa. Este nunca está dado, vai se construindo no dia a dia etnográfico, sendo o diário de campo parte fundamental deste processo (Raposo, 2013: 21).

Lígia Ferro realizou uma etnografia multissituada sobre o Graffiti e o Parkour, duas práticas urbanas também associadas ao hip hop. Influenciada pelas ricas etnografias de Loic Wacquant, Ferro levou a sério o lado da participação na observação participante, sobretudo na sua pesquisa sobre Parkour e, dessa forma, consegue aproximar-se melhor dos seus interlocutores, contribuindo singularmente para a compreensão das práticas urbanas referidas, num trabalho que intitulou *Da Rua para o mundo. Etnografia Urbana comparada do Graffiti e do Parkour* (Ferro 2016). A autora refere que “(...) o diário de campo serviu como instrumento integrador de todas as técnicas de pesquisa utilizadas. (...)” Nele, apontou “de tudo, desde as descrições dos meus encontros, ados dados de caracterização sociodemográfica dos protagonistas e às histórias off the record, assim como as dúvidas de teor teórico ou metodológico que foram surgindo. (...)” (Ferro 2016: 137). Assim, percebemos não só como o diário regista vários tipos de informação, incluindo informação específica sobre as práticas das pessoas interlocutoras no trabalho de campo, ou seja, permite recuperar, se for relido e trabalhado no futuro, atmosferas urbanas diferenciadas (uma vez que Lígia Ferro realizou trabalho de campo em várias cidades) onde se desenvolveram o Graffiti e o Parkour.

Ricardo Bento, após um mestrado que versou sobre a orquestra geração baseado numa abordagem etnográfica, continuou a sua pesquisa no doutoramento em Estudos urbanos, desta feita sobre as trajetórias dos jovens que tinham frequentado a orquestra geração (Bento 2021). O autor destaca como a etnografia urbana lhe permitiu “(...) observar como os processos de microescala são influenciados pelas relações de poder de níveis institucionais mais elevados, dado que, os atores não persistem sem as redes de interação nas quais constituem experiências” (Bento 2021: 218). Ou seja, o acesso privilegiado que a etnografia possibilita dá-se não apenas a atores sociais específicos, mas também a escalas mais abrangentes, uma vez que os indivíduos vivem em relação e tendo ainda em conta que o contexto urbano potencia as ligações entre um nível micro e um nível macro.

Mas o que têm estas etnografias em comum? Por que razões poderão elas ser importantes para a pesquisa no âmbito da história urbana?

Por um lado, estas pesquisas foram desenvolvidas por pessoas que entram no espectro dos etnógrafos urbanos que se formaram, em diferentes disciplinas, nas primeiras duas décadas do século XXI. Este dado é relevante no contexto da história da ciência, pois já se encontram numa fase do conhecimento académico que usufrui da informação

disponibilizada online, com um incremento substancial com a passagem dos anos. Por outro, e mais interessante para o que aqui nos importa, os dados recolhidos nos terrenos etnográficos destes e destas investigadoras têm a característica de, além de serem recolhidos, são também *produzidos*, ou seja, as informações que lhes são facultadas através de conversas, entrevistas, situações vividas, são inscritas em recursos que vão sendo alimentados pelas pessoas que estão a desenvolver uma dada pesquisa etnográfica. Assim, por exemplo, temos como fontes primárias produzidas (i) o **diário de campo manuscrito**[RC1] e/ou em processamento de texto; (ii) os documentos áudio e vídeo resultantes de entrevistas de diversos tipos, em outras recolhas de (iii) imagem como a fotografia em formatos distintos e com funções variadas.

Estamos, assim, perante a produção de fontes primárias, o que traz uma responsabilidade acrescida para os e as profissionais que realizam estas recolhas. Dito doutra forma, além de recolherem dados já produzidos por outras pessoas, como por exemplo a pesquisa em arquivo, a recolha de fotografias feitas pelos nossos interlocutores, entre outros, a etnografia produz registos novos sobre uma dada realidade. Uma forma simples de perceber a importância destes registos para o futuro da investigação científica, é que as situações vividas, experienciadas, e os dados recolhidos num dado momento histórico, são irrepetíveis (Descola 2005). Entre antropólogos, a expressão “presente etnográfico” tornou-se de senso comum, mas é muito ilustrativa da especificidade de um tempo que não volta a repetir-se, tempo esse em que o etnógrafo teve a oportunidade de se envolver e participar juntamente com as pessoas interlocutoras no seu trabalho de campo (v. e.g. Pina-Cabral 2000).

Para dar apenas mais um exemplo de pesquisas produzidas por etnógrafos urbanos, detenhamo-nos um pouco na investigação realizada por Ricardo Campos (20??). À semelhança de Lúcia Ferro, Campos fez uma pesquisa sobre o Graffiti em Lisboa, mais especificamente no Bairro Alto, onde aquilo que é pintado nas paredes está sempre a mudar. Esta pesquisa implicou, por isso, uma recolha visual importante, e o autor posteriormente desenvolveu uma reflexão sobre imagem em termos metodológicos (e.g. Campos 2011). Serve este exemplo para sublinhar que a produção de dados primários não está separada de uma consciencialização desse mesmo processo.

A questão de haver um conjunto de arquivos etnográficos que podem contribuir para a realização de história urbana no futuro.

Resumir que a etnografia encerra uma epistemologia interdisciplinar.

Agier 2011: 26 [prefácio Cordeiro e Frugoli] resumindo: “A teorização urbana com base nos saberes etnográficos precisa do diálogo interdisciplinar, de certo ‘encaixe das escalas’ com outras disciplinas ...” e Topalov 2015: 15 os diversos quadros sociais das ciências produzem permanentemente elementos de um discurso histórico que é constitutivo da própria disciplina. (tradução livre)

Se ela convoca consulta de dados secundários, sobretudo em arquivo – chegando mesmo a ter estatuto próprio, a etnografia de arquivo – exemplos sobre etnografia de arquivo – SVA e Ladurie ;, observação participante, produção de dados primários, recurso a entrevistas registradas, outros meios.

Importância das entrevistas biográficas e questionário sobre arquivos a antropólogos urbanos para inscrever as práticas, saber o que guardam e como. Precisamos de uma Ephemera para os estudos urbanos? Mapeamento dos arquivos das cidades em Portugal. Temos os arquivos locais de cada cidade, cada município. Mas não sabemos onde estão os dados primários e a coletânea de dados secundários feitas por investigadores que pesquisam sobre as cidades.

A Antropologia em geral e a urbana em particular, é muito próxima da História (mas também da Sociologia) por vários motivos, inspira-se nelas, lê os seus autores, convoca ferramentas metodológicas semelhantes. Estas irmãs da vida inteira entre as ciências sociais e humanas, têm trabalhado juntas em diversas ocasiões, e os resultados não têm sido fracos, pelo contrário, criam-se diálogos interessantes.

A separação entre as duas, tal como a separação entre a Sociologia e a Antropologia é, no mínimo, artificial. Contudo, a interdisciplinaridade, vivida na prática e no quotidiano das pessoas que se dedicam à investigação, tem dificuldade em ser publicada; muitas revistas parecem ater-se às suas disciplinas base. Por vezes é exigida a apresentação de

quadros teóricos sólidos na disciplina que representam, menorizando as referências que surgem doutros campos disciplinares.

Existência da falta de clarificação dos modos como levaram a cabo as suas pesquisas empíricas, limitando-se a referir o que foi consultado, quem foi entrevistado, e não aproveitam uma parte substancial da sua coleção empírica.

O que interessa é o valor atribuído àquilo que as pessoas dizem. As pessoas nossas interlocutoras disponibilizam-se para entrevistas, para conversas, assinam consentimentos informados ou confirmam nas gravações áudio ou vídeo que concordam com a utilização dos dados das suas entrevistas, e o que faz o ou a investigadora? Em geral, sem muitas explicações, faz um resumo, seleciona uma frase, uma expressão significativa.

Será que refletimos epistemologicamente o suficiente antes de decidirmos quantas entrevistas vamos fazer? Ou quantas caixas vamos analisar? Será que ligamos suficientemente aos avisos das pessoas que escrevem sobre metodologias, relativamente à saturação, por um lado, e relativamente ao respeito pelas relações de intersubjetividade que desenvolvemos com os nossos interlocutores por outro?

Frédéric Vidal tem sido um investigador importante nesta questão da interdisciplinaridade entre a História e outras ciências sociais e humanas, nomeadamente a Antropologia. Tem uma reflexão importante sobre as questões relacionadas com a vida nas ruas da cidade. Primeiro sobre aspetos da indústria em Lisboa, mais concretamente em Alcântara, e, entre outros projetos que vão do turismo ao cinema, e à rua enquanto objeto de estudo urbano, histórica, antropológica, sociologicamente, e participou num dicionário do projeto dirigido por Topalov, *L'aventure des mots de la ville* que foi publicado em 2010 em 8 línguas. Foi, portanto, através dele que conheci o trabalho de Topalov, também ele um historiador interdisciplinar. E Topalov defende, entre outras coisas, a importância de perceber as condições de pesquisa 2015 [ele defende isto num artigo que reflete sobre as narrativas relativamente à história da ciência]. Indica um caminho da história urbana que passa precisamente pela interdisciplinaridade e pela atenção às formas como se constrói o conhecimento. Isto passa justamente pela clarificação da metodologia, que é importante para quem lê, ou seja, um leitor ou leitora tem o direito de conhecer o contexto e as condições da pesquisa.

Graça Cordeiro tem trabalhado muito com Frédéric e tem defendido a interdisciplinaridade nos estudos urbanos, e que é uma espécie de madrinha da antropologia urbana em Portugal, porque tem sido pelo trabalho dela e pela sua persistência em desenvolver redes de trabalho interdisciplinares neste ramo da antropologia, sobretudo com a Sociologia e com a História, mas também com a arquitetura e com a Geografia, que esta, a Antropologia Urbana, se tem mantido ativa. Lembrei-me da Graça Cordeiro não só por isso, mas porque o seu primeiro trabalho, do final da licenciatura, foi aqui, sobre os chamados Malpiqueiros de Castelo de Vide, num trabalho que chamou de “Dossier Malpiqueiros”, redigido em 1982, e que não está publicado porque é uma tese de licenciatura e não se publicavam as teses de licenciatura, nem estão nos repositórios das universidades, mas está referido numa entrevista disponibilizada online, num arquivo oral brasileiro associado ao CPDOC na Fundação Getúlio Vargas.

Já então dava os primeiros passos na antropologia urbana, sem o saber, uma vez que estudava uma população a viver nas margens da sociedade, e onde um conjunto de estereótipos recaía sobre essa mesma população. Isto foi antes de estudar o jogo da laranjinha em Campo de Ourique em Lisboa. A laranjinha era uma espécie de jogo da malha jogado no interior de cafés, isto antes de estudar o Bairro da Bica no contexto do doutoramento, onde aprofundou o conceito de bairro popular através de um estudo aprofundado sobre as suas coletividades, recorrendo, além da Etnografia, ao estudo sistemático das atas da coletividade e de jornais locais. Não queria portanto, deixar de referi-los aos dois pela sua abordagem interdisciplinar.

E se Graça Cordeiro nos desse acesso aos seus diários de campo sobre a Laranjinha? E sobre a Bica? O quotidiano.

História oral como disciplina e método que junta bem antropologia e história
Em 2013, curso de curta duração de História Oral em Coimbra, organizado por Rui Bebiano e por Miguel Cardina. Tal como a etnografia, além de metodologia, é quase um ramo disciplinar, que produz resultados próprios, e pode ser convocada, enquanto metodologia, por várias disciplinas. Além disso, as semelhanças dão-se ao nível dos cuidados éticos, onde entram questões de intersubjetividade, de consentimento, de

relações de confiança, e de questões que têm a ver com uma necessária reflexão sobre a salvaguarda dos dados recolhidos, coligidos.

Mas, embora possamos também aprofundar, em debate, a questão dos arquivos, o que me traz aqui é falar sobre as possibilidades e limites da metodologia etnográfica por outras ciências sociais e humanas que não a antropologia. A Antropologia desenvolveu no último século a metodologia etnográfica, mas a etnografia foi utilizada desde cedo por outras ciências. Desde logo pela Sociologia, mas profissionais doutras ciências também o fizeram. Importa notar que essa interdisciplinaridade da metodologia etnográfica dá-se precisamente no contexto da Escola de Chicago, onde se desenvolveram os Estudos Urbanos sobretudo na primeira metade do século XX, mas com ecos até aos dias de hoje. A Antropologia, ao desenvolver a etnografia, apoderou-se, sem querer, não foi de propósito, da metodologia. São os antropólogos que sabem melhor fazer etnografia e a etnografia é aquilo que melhor distingue a Antropologia de outras ciências sociais e humanas. Esta é a narrativa da construção da identidade antropológica e, a meu ver, não é uma narrativa mal construída. Contudo, outras ciências iam experimentando e fazendo os seus “trabalhos de campo”, as suas “pesquisas de terreno”, como lhe chama o Sociólogo António Firmino da Costa, e as suas etnografias, e muitos historiadores fazem etnografia de arquivo [Sónia Vespeira de Almeida e Ladurie sobre aldeia sul de França com dados século XIII]. A Etnografia não pertence à Antropologia, como por exemplo o inquérito por questionário não pertence à Sociologia.

Num artigo com cerca de 10 anos, Tim Ingold, um dos antropólogos mais lidos da atualidade, publicou um artigo que se chama “That’s enough about Ethnography” e uma das coisas que diz, embora não seja só isso, mas é isso que é sempre repetido pela maioria dos leitores e leitoras, é que agora toda a gente acha que faz etnografia e não pode ser, porque é preciso fazê-la bem. E fazê-la bem depende de seguir a metodologia com empenho e com tempo que esta não pode ser feita à pressa, em 15 dias, ou em 2 meses. Precisamos de muitos meses para uma boa Etnografia.

Diria, precisamos de bastante tempo para fazer qualquer boa recolha de dados. Na prática, além de haver muitos antropólogos e antropólogas que acabam por fazer pesquisas etnográficas de curta duração, porque na investigação agora é tudo a correr, e só no contexto dos doutoramentos é que parece poder haver tempo para fazer uma pesquisa minimamente aprofundada, há outros cientistas sociais e humanos que,

timidamente ou não, tentam, nas suas pesquisas de terreno, ter uma abordagem etnográfica. A meu ver, isto é válido e está tudo bem. A antropologia não perde nada que outras ciências convoquem a etnografia para as suas recolhas empíricas. Mas é também por isso que há uma diferença entre etnografia e abordagem etnográfica. Uma abordagem etnográfica consiste em, estando uma pessoa a fazer investigação, optar por recolher uma parte dos seus dados falando e conversando com pessoas, assistindo a eventos, experimentando o cerne da etnografia que é a observação participante, escrevendo diários de campo, e registando doutras formas.

Diário de campo

E escolhi destacar o diário de campo, porque é uma forma de registo que nos ajuda a perceber de que forma é que, por exemplo, uma pessoa que investiga na área da história urbana, pode ter uma abordagem etnográfica. Ora, o problema é que tem havido muitas pesquisas em que as pessoas dizem que estão a fazer uma abordagem etnográfica, mas acabam por não utilizar os dados, às vezes incríveis, recolhidos junto de pessoas ou no contexto da observação e ou participação em eventos. Nesse caso, se não utilizaram, não estão a fazer uma abordagem etnográfica. Se, ao contrário, registarem esses dados e os utilizarem de forma analítica, estão a fazer uma abordagem etnográfica e a antropologia não morre por causa disso. Pelo contrário, os antropólogos são mais lidos, recorre-se mais a eles e elas para colaborarem nas pesquisas qualitativas, etc.

A não repetibilidade dos acontecimentos vividos

Além disso, há um problema na ausência de registo de situações importantes para a pesquisa e esse problema não é apenas a perda de materiais, mas também, diria, não respeitar devidamente os nossos interlocutores. É disso que tenho pena. Aí sim, a etnografia morre um bocadinho enquanto metodologia útil sempre que não cuidamos dos dados etnográficos. Como nos diz Pierre Descolas, os dados etnográficos são irrepetíveis. E essa perceção compromete-nos, enquanto investigadores e investigadoras, a não só cuidar das recolhas, como cuidar da salvaguarda daquilo que se recolheu, o que passa não só por uma salvaguarda física e tecnológica, mas também por uma maior atenção às pessoas com quem recolhemos dados, no contexto da História Oral, da Antropologia Urbana, etc.

Nos contextos urbanos, as recolhas que não passam por entrevistas gravadas nem por documentação variada, e que passam por conversas, participação em eventos, passeios com interlocutores que nos mostram e contam as vivências de um determinado território, estes aspetos metodológicos são determinantes. Não são mais importantes do que nos contextos rurais, não é isso que quero dizer, mas são determinantes porque nos contextos urbanos observa-se uma dinâmica permanente, especialmente nas cidades médias e grandes, mas também nas pequenas, onde o turismo e a gentrificação jogam um papel central, mas onde outras dinâmicas, como a desindustrialização, ou no caso português, o fim de muitas linhas férreas, ou mudanças mais específicas associadas por exemplo ao papel dos grandes espaços comerciais e subsequente abandono de pequenos comércios, transformando ruas, antes cheias de gente e depois vazias, não generalizando nenhum destes aspetos, mas que transformam as cidades rapidamente. Essas transformações, abertura e fecho de espaços de sociabilidade para camadas jovens, ou camadas idosas, obras em avenidas e ruas, rotundas e estátuas, arte urbana e arte de rua perene, mudanças populacionais com migrações, alterações no mercado de trabalho, etc, são muitas vezes registadas tanto por antropólogos como por sociólogos, ou historiadores urbanos, entre outros, e ficam no recato dos seus lares a ganhar pó. Ou nos seus computadores.

Há um fórum anual que é o Forum DGI [fórum de gestão de dados de investigação], que acompanha os programas e os repositórios de dados, alguns conhecerão, e que é um momento importante de atualização do conhecimento para investigadores e arquivistas. Mas a tecnologia anda muito mais depressa do que a reflexão, e o que temos vindo a perceber, pelo menos no contexto da antropologia, digo temos porque tenho trabalhado com uma colega, a Sónia Vespeira de Almeida, sobre arquivos etnográficos, e damo-nos conta de alguma falta de perceção sobre a necessidade de salvaguardar os dados. E, mais concretamente na minha investigação mais recente, as pessoas de várias disciplinas que escolhem fazer etnografia para as suas pesquisas de doutoramento ou outras, os etnógrafos e etnógrafas urbanas, muito embora contribuindo nas suas publicações para a história contemporânea das cidades, raramente se apercebem da riqueza potencial daquilo que recolhem. Há vários tipos de registo, mas o diário de campo tem uma vertente que contribui para a reflexão ética que é o facto de, além de conter dados

empíricos, conter reflexões sobre o curso da pesquisa, quem conseguimos e quem não conseguimos contactar.

Então, por um lado, temos, a meu ver, uma atenção desviada de dois aspetos: por um lado, valorizamos, menos do que poderíamos, as pessoas interlocutoras nos nossos trabalhos de pesquisa e, por outro, cuidamos pouco do que juntamos nos nossos camiões de dados. São dois lados da mesma moeda, que comprometem uma parte do futuro das pesquisas sobre contextos urbanos, porque deixamos pouco que explique como trabalhamos, e respeitamos pouco os nossos interlocutores se não trabalharmos os seus dados ou se não deixarmos rasto sobre como os conhecemos, em que condições, ou se tivermos formas limitadas de dar retorno às populações com quem estudamos.

Desta forma, para finalizar, gostava de lançar um desafio. Nem toda a gente quer fazer uma abordagem etnográfica, por isso vou levar o conceito de diário de campo mais longe. E se os vossos cadernos de apontamentos, sejam digitais ou manuscritos, que contêm pedaços de trabalho de investigação, fossem lidos por outras pessoas, por colegas que conhecessem as vossas pesquisas, seriam eles, esses cadernos, úteis para a história urbana? Desconfio que a primeira reação é modesta – que não, os meus cadernos não interessam a ninguém. Mas voltando ao Descolas, à irrepetibilidade dos dados, os meus e os vossos cadernos contêm um presente único e irrepetível, que pode ser útil a alguém para estudar este tempo num futuro próximo ou distante. Não estou a dizer para encarnarmos uma veia de Fernando Pessoa e arranjarmos uma arca, ou uma pendrive, para meter lá tudo o que nos passou pela frente na forma escrita. Pedir para pensar um pouco nos nossos cadernos é sugerir que sim, os cadernos de campo e os diários de campo escritos para as abordagens etnográficas, sejam elas de curta, média ou longa duração, são fontes que podem ser analisadas no presente ou revisitadas no futuro, com novos usos possíveis – novos projetos de investigação, realização de biografias, não necessariamente dos e das investigadoras, mas das pessoas interlocutoras e/ou dos seus familiares, conceção de exposições, contribuição para reivindicações populares. As notas de terreno, os apontamentos e os diários de campo são fontes primárias que produzimos muitas vezes sem essa consciência. E se é tão evidente que se devem preservar as fontes primárias, há que cuidar daquelas que produzimos: ao nível da conservação, da preservação e ao nível da reflexividade ética, no sentido de respeitarmos melhor as pessoas interlocutoras nos nossos projetos.